

# MULHERES NO PODER NA AMÉRICA LATINA E O PARADOXO DO FEMINISMO MASCULINIZADO

Avance de investigación en curso  
Grupo de Trabajo 17 - Pensamento latino-americano e teoria social  
Flávia Roberta de Gusmão Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar que a chegada da mulher ao poder na América Latina, ou mais especificamente no Brasil, Chile e Argentina, onde três mulheres foram eleitas presidentas da república, não foi suficiente para garantir uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, conforme o desejado pelo movimento feminista. Para tanto iniciaremos a discussão partindo da dicotomia entre a noção de gênero defendida pela teoria da reprodução social e a da teoria que defende as diferenças entre os sexos, enquanto jogo de poder; em seguida falaremos sobre o movimento feminista, destacando sua história na América Latina, por fim, conheceremos melhor os governos femininos de cada um dos países estudados.

**Palavras-chaves:** Feminismo, América Latina, Poder.

## 1. Introdução

Recentemente, as principais teorias das relações internacionais, como: realismo, idealismo, marxismo, teoria crítica, construtivismo e pós-modernismo vêm sendo confrontadas por novas teorias ditas alternativas, como o pós-colonialismo e o feminismo.

É bem verdade, que alguns autores não aceitam essas teorias alternativas, afirmando que as mesmas não tratam diretamente das relações internacionais, ao largo dessa posição, ambas têm ganhado destaque a primeira porque sugere um rompimento com o eurocentrismo, apoiado na possibilidade de construção de novas bases teóricas, empenhadas em repensar a visão do mundo, a partir da realidade local, vivenciada nos países da África e América Latina.

Já a segunda, o feminismo, busca estabelecer o lugar da mulher nas relações internacionais, demonstrando que, na atualidade, a mulher não se contenta mais em ficar limitada ao espaço privado e tem buscado, cada vez mais, conquistar o espaço público.

Atendendo-se ao feminismo, que é a teoria que será analisada, percebemos que, no campo das relações internacionais, a principal discussão desta teoria concentra-se na crítica ao estado masculinizado, várias autoras autoras como Christine Sylvester, Ann Tickner e Lourdes Veneración Rall do feminismo discutem sobre a necessidade da inserção das mulheres na política internacional.

Algumas destacam que as relações internacionais poderiam ser diferentes se as mulheres ocupassem os espaços regionais, uma vez que diferentemente dos homens elas estão preocupadas com a paz, enquanto que eles têm maior preocupação com a guerra, essa diferença decorre do fato de mulher ser capaz de pensar muito mais nos outros do que em si própria. Esse pensamento permeou notadamente a primeira geração do feminismo, além dessa geração tivemos mais duas e podemos dizer que:

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Direito – UNICAP e Mestranda em Direitos Humanos – PPGDH/UFPE

(...) as feministas da primeira geração buscavam se igualar completamente aos homens. As integrantes da segunda geração reuniam preocupações em entender quais os fatores que geraram as desvantagens e a opressão das mulheres nas questões políticas. As de terceira geração, na qual Tickner se enquadra, revela a vontade de criar mecanismo que garantam às mulheres o uso do poder. (MARÇAL, 2010, p.204)

A observação da realidade demonstra o grande paradoxo com esta geração da teoria feminista, uma vez que nos locais em que foi possível a chegada da mulher ao poder não houve necessariamente um rompimento com a teoria realista, que predomina nas relações internacionais, pelo contrário o estado masculinizado foi perpetuado.

Na elaboração do artigo ora proposto iremos nos ater ao estudo dos países da América Latina que por muito tempo foram marcados pela cultura machista de subjugação das mulheres ante o patriarcalismo, o que não impediu a ascensão de muitas mulheres no campo político, culminando com a chegada delas a posição de chefes do Estado em países de destaque, como: Chile, Argentina e Brasil.

Propomos uma avaliação desses governos realizados por mulheres no eixo sul-americano procurando compreender se houve a feminilização ou masculinização dessas chefes de Estado no exercício do poder, para tanto serão analisadas as políticas públicas voltadas para a mulher, as diretrizes para o estabelecimento das relações diplomáticas e os investimentos em materiais bélicos, este último aspecto não foi aprofundado neste artigo, devido à exiguidade do tempo para sua elaboração, todavia posteriormente pretendemos abordá-lo.

Será utilizado o método descritivo-analítico e quanto às técnicas de levantamento de dados serão privilegiados os levantamentos bibliográfico e documental.

O artigo inicialmente discutirá sobre o conceito de gênero, enfatizando as diferentes respostas para as diferenças entre homens e mulheres, descritas pela teoria que aborda o assunto; em seguida será feita uma breve apresentação do feminismo, com ênfase para a visão latino-americana da teoria feminista e por fim serão apresentadas as características principais dos governos chefiados por mulheres na Argentina, no Chile e no Brasil.

## **2. Discutindo gênero: diferentes respostas para as diferenças entre homens e mulheres**

A noção de gênero é apontada por muitos estudos como essencial para compreensão das diferenças entre homens e mulheres, todavia percebe-se que as respostas que explicam essas diferenças são dicotômicas, de um lado temos a perspectiva da reprodução social, defendida por Pierre Bourdieu e do outro temos a visão de Joan Scott que defende o jogo de poder, como causa para a diferenciação entre os gêneros.

A posição de Bourdieu é defendida em sua obra intitulada “A dominação masculina”, para este autor a superioridade masculina decorre de um *habitus* social que a internaliza e a naturaliza, segundo ele:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de se inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado,, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p.17)

Já Scott discute a temática no seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. A autora inicia o estudo discutindo sobre os conceitos de gêneros, vistos a partir de diferentes perspectivas, ao longo da história, destacando as nuances que ele obteve de acordo com a interpretação sócio-histórica do grupo que estava discutindo sobre ele, conforme pode ser exemplificado a seguir:

Os/As historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1995, p.77)

A autora aponta as limitações dessas posições, como também de outras que ela destaca durante o texto e aponta para o gênero como “um campo primário, no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88). Em seguida Scott co-relaciona gênero e política e enfatiza que:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p.27)

Anteriormente foi destacado que os posicionamentos defendidos por Bourdieu e por Scott são dicotômicos, todavia essa dicotomia é apenas aparente, pois na verdade consideramos esses posicionamentos como complementares uma vez que a reprodução social possibilita a perpetuidade do poder nas mãos dos homens, permitindo a continuidade do sistema de poder nas mãos masculinas. Martha Lamas (1999) sintetiza afirmando que: “*Lo que define al género es la acción simbólica colectiva. Mediante el proceso de constitución del orden simbólico en una sociedad se fabrican las ideas de lo que deben ser los hombres y las mujeres*”.

### **3. O movimento feminista e a tentativa de ter a mulher no poder**

Iniciar a discussão de uma temática a partir do seu conceito tem sido uma técnica bastante utilizada pelos cientistas, na medida em que possibilita ao leitor conhecer de início o tema estudado, contudo ao discutirmos sobre o movimento feminista ou feminismo fica complicado utilizarmos essa técnica, pois: “é difícil estabelecer uma definição precisa do seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano e que não tem um ponto predeterminado de chegada”. (ALVES, 1982, p.7)

Essa dificuldade, no entanto, não nos impede de afirmar que o feminismo está associado aos estudos e aos movimentos de defesa dos direitos da mulher.

Diante disso, podemos dizer que em sentido amplo o feminismo esteve presente na humanidade desde os seus primórdios sempre que se discutia os direitos das mulheres, podemos exemplificar com ícones como Cleópatra, Joana D’arc., entre outras/outros. No entanto, em sentido estrito, ou melhor, o feminismo, enquanto movimento social foi apenas estruturado na modernidade, conforme enfatiza Costa:

O feminismo, como movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA, 2009, p.52)

No Brasil e na América latina o feminismo teve momentos históricos semelhantes, apesar das singularidades de cada país. Ana Alice Alcântara Costa (2009) organiza o movimento feminista brasileiro em cinco etapas.

A primeira é denominada pela autora como fase do “**feminismo bem-comportado**” e corresponde ao período de mobilização pelo voto e pela participação feminina no sindicalismo, ele é considerado como “bem-comportado” porque não se preocupava com as diferenças entre os sexos “inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas” (COSTA, 2009, p.56).

A segunda etapa corresponde ao “**feminismo de resistência**” ocorrida com maior ênfase na década de 70, quando a maioria dos países latino-americanos vivenciava o período ditatorial, e as mulheres se organizavam pela redemocratização.

A fase seguinte é representada pelos “**dilemas do Estado e da institucionalização**”, esta fase é mais específica da realidade brasileira, correspondendo ao período da década de 80, mais especificamente do período da constituinte do Brasil, quando a atuação feminina gerou o fenômeno intitulado pela imprensa da época como *lobby do batom* que foi constituído pela aprovação de toda agenda feminina, proposta pelos movimentos de mulheres da época no texto constitucional.

A próxima etapa definida pela autora denomina-se “**novos espaços e novas articulações**”, compreendida no período da década de 90, cuja principal característica foi a criação e o fortalecimento de Organizações não Governamentais (ONG’s) representativas do movimento feminista.

Por fim, a última etapa “**os recentes desafios**”, foi iniciada nos anos 2000 e foi caracterizado pela autora como o momento de construção da plataforma política feminina, que foi fortalecida através da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizado em 2002.

Outra autora, Céli Regina Jardim Pinto (2003), fez uma periodização do movimento feminista bastante semelhante ao de Costa (2009), a única diferença entre elas é que segundo Pinto na primeira etapa do “feminismo bem-comportado” ocorreu concomitantemente um “feminismo mal-comportado”, o qual questionava a dominação do homem frente à mulher.

Pelo exposto, fica evidente a importância que o movimento feminista teve na busca pela efetividade do respeito à mulher e da garantia da participação política das mulheres, rompendo com a tradição patriarcalista e machista dos países latino-americanos, instituída como herança ibérica nas Américas, além do que conforme Samara (2009): “Como se pode perceber a história do feminismo na América Latina é um história de mudanças e continuidades ao longo do tempo”.

É bem verdade, que várias coisas puderam ser conquistadas graças a luta dessas mulheres, mas ainda há muito para ser feito, a discriminação contra mulher no ambiente de trabalho, a diferença salarial decorrente de gênero, a violência doméstica, a inferiorização da mulher, entre outros problemas que ainda ocorrem de forma persistente nos países latino-americanos e em outros países também.

No caso específico de alguns países da América Latina, como o Brasil, o Chile e a Argentina ora estudados, a chegada de uma mulher a Presidência da República foi considerada por muitos como uma demonstração da emancipação feminina e da chegada da mulher ao poder, contudo conforme veremos a seguir, vivenciamos um paradoxo no qual apesar de termos a existência de mulheres presidentas, esse fato não minimizou as disparidades de gênero que insistem em manter as mulheres distantes das esferas de poder.

#### **4. Mulheres no poder na América Latina: observações iniciais**

A chegada da mulher na Presidência da República, em vários países latino americanos, na última década, dentre os quais, os países aqui analisados, a saber: Brasil, Chile e Argentina, coincidiu com o movimento de fortalecimento da esquerda nestas localidades, demonstrando a intenção

populacional de romper com continuidade das políticas de direita, caracterizadas pelo incentivo ao liberalismo e as privatizações e a falta de investimentos no social. Poncela (2008) sintetizou os fatores que contribuíram e os que ainda dificultam a presença feminina na política latino-americana:

la mayor presencia política de las mujeres en América Latina se explica por una suma de factores de muy diversa índole, que tienen que ver con las transformaciones en el capital humano de la mujer, las nuevas normas culturales y la consolidación de la democracia, además de La política de cuotas, la legislación favorable y el trabajo de instituciones gubernamentales y no gubernamentales de mujeres. En suma, cambios estructurales y culturales que influyen en el aumento de la presencia femenina en la política, pese a que los viejos imaginarios culturales y ciertas realidades sociales la dificultan.

#### *4.1 O caso brasileiro*

No Brasil, a primeira mulher a ganhar as eleições presidenciais foi Dilma Rousseff, que assumiu o poder em 2010 e irá permanecer como chefe do governo brasileiro até 2014.

Ainda jovem a presidente Dilma já era engajada com o movimento político tendo sido inclusive presa durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Posteriormente, foi eleita deputada pelo estado do Rio Grande do Sul. Até atuar como ministra no governo de Lula, o presidente que a antecedeu no poder, inicialmente ela foi ministra de minas e energia e depois ministra-chefe da casa civil.

Neste momento o governo Dilma enfrenta uma séria crise, o declínio da popularidade da presidente e a onda de protestos pelo Brasil, desencadeados pelo aumento das passagens de ônibus em algumas capitais brasileiras e que tomou proporções bem maiores, incluindo reivindicações contra corrupção, contra os altos gastos com as obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas que irão ocorrer no Brasil, em 2014 e 2016 respectivamente.

Além disso, algumas propostas que não obtiveram êxito corroboraram ainda mais para essa diminuição da popularidade, como a sugestão de um plebiscito para definição da reforma política e atualmente o lançamento do Programa Mais Médicos tem levantado uma grande polêmica, principalmente com os profissionais da área de saúde, por conta da proposta de trazer médicos de outros países para atuar no Brasil.

Com relação às políticas voltadas para as mulheres, os principais programas desenvolvidos foram: Minha Casa, Minha Vida II; Brasil Sem Miséria; Brasil Carinhoso; Bolsa Família; Saúde da Família; e Farmácia Popular.

A oposição, representada principalmente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) vem acusando a presidenta de haver realizado muito pouco do que havia prometido e as principais metas previstas no lançamento desses programas estão muito longe de ser cumpridas. Eles exemplificam denunciando o descumprimento da meta em relação a construção de creches, segundo o site do PSDB:

Durante a campanha eleitoral de 2010, por exemplo, Dilma prometeu a construção de 6.427 creches até 2014 através do Projeto ProInfância, que visa repassar recursos da União aos municípios para garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública.

Após dois anos, até dezembro de 2012, apenas sete unidades tinham sido entregues: execução abaixo de 1%.

Nas relações internacionais pode-se destacar uma maior aproximação do Brasil com a Argentina, durante o Governo Dilma. Além disso, percebe-se que devido a realização dos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil tem sido estimulada um bom relacionamento internacional.

## 4.2 O caso chileno

A primeira mulher a assumir o governo do Chile foi Michelle Bachelet, cujo mandato ocorreu no período de 2006 até 2010. Bachelet é formada em medicina pela Universidade do Chile. No período da ditadura chilena a ex-presidente, que ainda cursava a faculdade de medicina, foi torturada e exilada de seu país, tendo apenas concluído seus estudos em 1979, quando regressou para o Chile. Realizou também um curso de Estratégia Militar na *Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos (ANEPE)*.

Sua atuação na política foi iniciada inicialmente no assessoramento ao Ministério da Saúde e, posteriormente, no Ministério da Defesa.

Antes de assumir seu mandato, Bachelet chegou a assumir o ministério da saúde, do seu antecessor, Ricardo Lagos, quando obteve uma grande popularidade junto ao povo de chileno e depois também no governo de Lagos foi Ministra da Defesa Nacional.

O mandato de Bachelet foi bastante tumultuado. Inicialmente ela tentou implementar uma série de medidas, principalmente na área da saúde, com a criação de novas escolas e a gratuidade do serviço de saúde para os maiores de 60 anos, além de haver criado os ministérios da seguridade social e do meio ambiente.

Todavia, vários setores da sociedade negaram que as medidas propostas pela ex-presidenta haviam sido efetivadas e o governo começou a receber duras críticas, que ensejaram protestos, principalmente por melhores condições na educação.

Com relação às políticas voltadas para as mulheres o site pessoal de Bachelet destaca as seguintes medidas:

Se implemento em el servicio público el Código de Buenas Prácticas para la erradicación de la discriminación laboral, asegurando una participación de género más equitativa.

- Se duplico el presupuesto de los centros de prevención y atención de mujeres, a través del Programa Nacional de Prevención de la violencia intrafamiliar.

- Se implementó una red nacional de 25 casas de acogida, para garantizar a las mujeres que son víctimas de violencia intrafamiliar un espacio seguro para ella y sus hijos. Esta iniciativa fue pilar fundamental em la disminución de las cifras de femicidio y agresiones a mujeres.

8 leyes em materia de igualdad de género:

- Simplificó el cobro de pensiones alimenticias.

- Otorgó a toda mujer trabajadora el derecho a alimentar su hijo menor de dos años.

- La Reforma Previsional consagro el derecho a pensión básica solidaria y el Bono por hijo.

- Derecho a salario mínimo de las trabajadoras de casa particular.

- Adecuó el funcionamiento de la Justicia de Familiar

- Reconocimiento del derecho de las trabajadoras “puertas adentro” a descansar em dias festivos.

- Principio de igualdad de remuneración entre hombres e mujeres incorporado em el Código el Trabajo.

- Simplifica el trámite para obtener la autorización judicial de salida del territorio nacional de un menor, em caso que el otro progenitor haya incumplido um régimen judicial.

Já no que tange as relações diplomáticas, Bachelet priorizou os laços com os países do cone latino-americano, havendo assinado vários tratados de cooperação e de livre comércio com seus vizinhos. Apesar de não haver priorizado as relações com os demais países, sobretudo as grande potências mundiais como os Estados Unidos e os países da Europa, além da emergente China, foi possível perceber que a proposta era manter um bom relacionamento e demarcar o espaço chileno no cenário mundial.

### 4.3 O caso argentino

O caso argentino foi diferente dos seus países vizinhos, tendo em vista que Cristina Kirchner não foi a primeira mulher a ocupar a presidência argentina, a pioneira foi María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, que era vice-presidente do seu marido e assumiu a presidência após ele ter morrido, ficando no poder durante dois anos até ser deposta pelo regime militar argentino.

Kirchner nasceu em Buenos Aires e estudou na Univesidad Nacional de la Plata. Envolveu-se com a política ainda muito cedo e casou-se com seu companheiro de militância Nestor Kirchner, foi senadora em seu país por dois mandatos, posteriormente tornou-se primeira-dama, quando seu marido foi eleito presidente. Em 2007 ela o substituiu no cargo máximo do seu país, sendo a segunda mulher a assumir este cargo, mas a primeira a ser eleita pelo voto popular, em 2011 foi reeleita para seu segundo mandato e irá permanecer no poder até 2015.

O governo de Cristina Kirchner de certa forma perpetuou a política implementada pelo seu marido, todavia com um carisma maior, devido à popularidade que ela tinha e ainda tem em seu país. Contudo, podemos destacar em seu governo o incentivo que ela deu às áreas científicas e tecnológicas. Além disso, o primeiro mandato foi marcado por um período de forte crise econômica entre 2008 e 2009, que aos poucos foi superada. Houve ainda fortes investimentos na área social, voltadas para redução da pobreza.

O documento “*Derechos humanos de las mujeres en la Argentina: el camino hacia la igualdad, participación social y política, trabajo y salud*” detalha as políticas destinadas para as mulheres na Argentina, as organizando a partir dos seguintes eixos: *Fortalecer la participación social y política de las mujeres; conquistar una mayor autonomía económica e una mayor igualdad en la esfera laboral; promover la salud integral de las mujeres.*

No final do documento é apresentada uma agenda pendente, na qual são descritos os seguintes objetivos a serem alcançados:

- Promover el ejercicio del derecho a la salud como um derecho humano a nivel local, em articulación com las áreas de salud y educación.
- Cooperar en el diseño de capacitaciones y de campañas de promoción en el derecho a la salud haciendo hincapié en la prevención del VIH/sida y Cáncer de Cuello Uterino, en la promoción de la salud sexual y reproductiva y em los programas de salud materno-infantiles.
- Lograr la no discriminación en el acceso y en las prácticas de los servicios de salud respetando la diversidad cultural.
- Apoyar las acciones necesarias para alcanzar el cumplimiento de protocolos de acción y guías elaboradas por el Ministerio de Salud de la Nación como la de Atención Integral de los Abortos No Punibles y de Métodos Anticonceptivos y la de Atención Integral de Personas Víctimas de Violaciones Sexuales.
- Impulsar acciones que permitan establecer o ampliar licencias parentales, así como también otros permisos de cuidado de hijos e hijas, a fin de contribuir a la distribución de tareas de cuidado entre hombres y mujeres.
- Promover acciones que estimulen la participación laboral de las mujeres, la formalización del empleo y la ocupación de puestos de poder y decisión por parte de las mujeres.
- Impulsar y hacer cumplir leyes de igualdad laboral que eliminen la discriminación y las asimetrías de género en el acceso y permanencia en el mercado laboral.
- Promover acciones destinadas a fortalecer el acceso de las mujeres em los espacios de decisión y sindicalización feminina.
- Promover la valorización y el reconocimiento de la contribución económica de las mujeres en el medio rural, los pueblos indígenas, las poblaciones de frontera y migrantes y a través del trabajo doméstico y de cuidado.

- Fortalecer la producción de información estadística cualitativos que visibilicen los problemas de desigualdad entre varones y mujeres, insumos indispensables para elaborar políticas públicas con enfoque de género.
- Impulsar el crecimiento de los espacios de participación igualitaria de las mujeres para la formulación, la implementación y el seguimiento de las políticas públicas.

No âmbito das relações internacionais, percebemos uma maior proximidade com os países latino-americanos e um maior distanciamento dos Estados Unidos, demonstrando um posicionamento semelhante aos das presidentas de seus países, até mesmo pela origem de esquerda que as três possuem.

## Considerações Finais

A chegada da mulher de certa forma representou a igualdade da mulher ao homem como chefe de governo, todavia isso por si não foi suficiente para minimizar as desigualdades entre os sexos.

Muitos justificam a manutenção do *status quo* afirmando que essas mulheres que se tornaram chefes de estado teriam assumido características machistas, em decorrência de sua própria formação cultural e que na verdade agiriam como se homens fossem. Diante disso parece-nos utópico e contraditório associar a paz, a organização e o amor incondicional de mãe que a mulher possui com o poder.

Isto não significa que a mulher não possa assumir posições políticas de destaque no cenário internacional a grande questão é se efetivamente ao ter o poder ela poderá ser mulher, no sentido definido pelas próprias feministas ou se vivenciará um feminismo masculinizado, em que a mulher ascende, mas não rompe com a dominação masculina.

Essa realidade pode ser explicada pelo paralelo entre representação e participação, pois a partir da chegada de Bachelet, Kirchner e Rousseff as mulheres passaram a ser representadas, mas isso não implicou necessariamente em um aumento da participação feminina na política e no poder.

A própria representação feminina, no caso das três presidentas, não foi completamente independente, tendo em vista que diretamente ou indiretamente um homem esteve associado a campanha de todas elas, no caso de Dilma foi o ex-presidente Lula, já no Cristina Kirchner foi o seu marido Néstor Kirchner também ex-presidente argentino, já no Chile o apoio veio do antecessor de Bachelet na presidência, o ex-presidente Ricardo Lagos. Fazendo referência ao caso brasileiro, Barcellos (2011) adverte que apesar de a eleição de Dilma estar atribuída a influência política para muitos, não é possível que o fato dela ser mulher poderia ter inviabilizado sua eleição, caso preponderasse as ideias machistas.

De qualquer forma, poderemos afirmar que em todos esses casos a eleições dessas mulheres representava a perpetuação do modelo social contra o neoliberalismo, tão valorizando no período pós-ditadura na América Latina.

Com certeza a chegada ao poder dessas mulheres representou um marco na América Latina, pois evidenciou a importância da mulher no cenário político, além de ter propiciado uma maior atenção com as políticas voltadas para as mulheres, contudo percebemos que grande parte dessas políticas não tem se efetivado de forma eficaz, além do que no cenário internacional as presidentas, via de regra, mantiveram a mesma política de relações exteriores que seus antecessores próximos.

Isso ocorre porque apesar das presidentas terem assumido o poder, a sociedade não mudou e os efeitos da dominação dos homens sobre as mulheres ainda fazem parte das instituições latinas. Uma vez que:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se

produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua “mão direita” masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2013, p.139)

Uma das formas fundamentais de minimizar com essa oposição e, por conseguinte, a ordem masculina, que está assentada na própria ordem social é o fim da estereotipia, pois:

The association of women with peace can play into unfortunate gender stereotypes that characterize men as active, women as passive: men as agents, women as victims: men as rational, women as emotional. Not only are these stereotypes damaging to women, particularly to their credibility as actors in matters of international politics and national security, but they are also damaging to peace (TICKNER, 1999, p.4)

Ou seja, é preciso discutir a igualdade da mulher, mostrando a face feminina sem os estereótipos da fragilidade e a face masculina da virilidade, começando a educar as crianças desde cedo para a igualdade de gêneros, sem dúvida alguma a conquista de termos mulheres eleitas à presidência da república foi um marco importantíssimo para nosso continente, todavia ainda estamos imersos em um feminismo masculinizado, pois apesar de a mulher ter conseguido a chegar a altos cargos políticos, como aconteceu nos países analisados neste artigo, percebemos ainda persistem sérias contradições entre homens e mulheres na sociedade atual, em diversos aspectos da vida social como: no ambiente laboral, com salários diferenciados e discriminações decorrentes de gênero; na realização das tarefas doméstica e nos cuidados com os filhos; vitimização decorrente da violência doméstica entre outras diferenças.

Não queremos que o sucesso de Bachelet, Kirchner e Rousseff representem casos isolados, para isso além de inibir o processo de estereotipia é preciso incentivar a participação feminina no poder de forma abrangente, o Centro Feminista de Estudo e Assessoria (CFEMEA), organização não governamental brasileira, propõe os seguintes pontos para garantir a democratização do poder na reforma política: fortalecimento da democracia direta e participativa e aprimoramento da democracia representativa.

Sintetizando podemos dizer que a mudança para uma sociedade mais equânime para homens e mulheres deve partir de uma mudança educativa e cultural que parta da minimização dos estereótipos entre macho e fêmea e, além disso, é preciso estimular a participação política das mulheres.

## REFERÊNCIAS

Alves, B. M. & Pitanguy, J. (1982). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.

Barcellos, G. H. (2011). Conjuntas internacional e nacional e as mulheres. En *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas (III Conferência de Políticas para as Mulheres – Propostas e questões para o debate)*. Brasília: Articulação de Mulheres Brasileiras.

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. (M. H. Kühner, Trad.). (11ª Ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.(Trabalho original publicado em 1998).

Costa, A.A.A. (2009). *O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção*

política. En A. Piscitelli, Et al.(Eds.) *Olhares feministas*. v. 10. Brasília: Ministério da Educação.UNESCO. (pp. 51-82)

Lamas, M. (1999). Usos, dificultades y posibilidades de la categoría de gênero. En I.S Bermúdez, Et al. (Eds.) *Antología latinoamericana y del Caribe: Mujer y Género*. (1ª Ed.) v.2. Mangua: UCA.

Marçal, S.S.V (2010) O caso Lustig-Prean e Beckett contra o Reino Unido: uma análise da contribuição das teorias e lutas feministas na implementação dos direitos humanos. *Revista USCS – Direito – ano XI - n. 19 – jul./dez.*

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Derechos Humanos (2012). *Derechos humanos de las mujeres en la Argentina: el camino hacia la igualdad, participación social y política, trabajo y salud*. (1a Ed.) M. C. Perceval (Coord.) Buenos Aires : Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos.

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Políticas para mulheres não avançam no governo Dilma (2013) Recuperado em 08 de agosto de 2013, Do sítio Web do Partido da Social Democracia Brasileira: <http://psdb-mulher.org.br/2013/04/17/politicas-sociais-para-mulheres-nao-avancam-no-governo-dilma/>

Poncela, A. M. F. (2008). Las mujeres en la política latinoamericana: nuevos liderazgos, viejos obstáculos. *Nueva Sociedad*, 218, 57-71.

Scott, Joan Wallach. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez.

Tickner, J. A. Why Women Can.t Run the World: International Politics According to Francis Fukuyama (2002) *International Studies Review*, v. 1, issue 3. 3-11.